

Comentários a respeito do artigo “Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil”, de Lúcia Lobato*

Comments on the paper: “About the question of the influence on the formation of Brazilian Portuguese”, by Lucia Lobato

Charlotte Galves
UNICAMP

O artigo de Lúcia Lobato tem a força de um grande texto programático. Precisa ser lido por todos os interessados em formular as grandes questões levantadas pela formação do Português brasileiro. Pela primeira vez no quadro teórico da gramática gerativa, são evocadas e questionadas as diversas hipóteses sobre essa formação, todas oriundas de outros quadros teóricos. São trazidos à tona conceitos tradicionais ou modernos da linguística histórica como: deriva, substrato, crioulização, aprendizagem imperfeita. São lembradas as grandes linhas da colonização do território brasileiro, os seus marcos geográficos que definiram o contato com as línguas indígenas e a origem e expansão dos falantes de línguas africanas no processo de colonização do interior. Ou seja, temos aqui todos os ingredientes básicos da questão, redinamizados no arcabouço teórico da Teoria Gerativa. Diga-se de passagem, um dos grandes méritos do texto é estabelecer um diálogo – certamente imprescindível em Linguística Histórica – entre estudiosos de correntes teóricas distintas. Lúcia traz assim as reflexões e análises de Aryon Rodrigues, Paul Teyssier, Gregory Guy, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Anthony Naro e Marta Scherre, contrapondo-as, e extraíndo delas a matéria de sua própria reflexão.

A idéia mestre do texto é que a mudança sofrida pelo português no Brasil é devida à mácula aprendizagem dessa língua como segunda língua no processo de colonização. Contudo, isso não significa que as línguas maternas dos aprendizes tenham um efeito específico na formação da nova língua, uma vez que o fator relevante é a aprendizagem por adultos por oposição à aprendizagem por crianças, independentemente das línguas maternas dos adultos. Isso posto, não se deve esperar, segundo a autora, influência estrutural direta das línguas bantu ou tupi no português brasileiro (doravante PB). Aí reside um certo paradoxo do texto, uma vez que são enfatizadas duas importantes similaridades entre o tupi e o PB:

- O sistema pronominal: como no sistema de clíticos do PB, o Tupi não tem forma pronominal para a 3ª pessoa, e os morfemas pronominais são sempre pré-verbais.
- A existência de deslocamento de sub-constituente do objeto nominal complexo contendo dois nomes em relação parte/todo: em Tupi, o nome interpretado como parte se incorpora ao verbo. Em PB é o nome referindo ao todo que se move, mas o efeito é similar: o nome referindo à parte se encontra mais próximo ao verbo.

Segundo Lobato, essas duas propriedades são relacionadas: em ambas construções, verificamos que a relação privilegiada pela gramática não é aquela definida pelas relações temáticas, ou seja por traços associados à interpretação dos itens lexicais, que ela chama “intensionais”, mas pelos traços categoriais, que ela rotula “extensionais”.

Porém, ela recusa a hipótese de que essa semelhança entre Tupi e PB seja o resultado da influência do primeiro sobre o segundo. Antes, como já mencionado, ela atribui a evolução do português no Brasil à aprendizagem da língua por adultos. O raciocínio, bastante interessante por ser uma tentativa de explicitar a relação da aprendizagem de língua segunda com a mudança linguística, é o seguinte: Crianças adquirindo sua língua materna, e adultos aprendendo uma língua estrangeira não seguem os mesmos passos. Para as primeiras, as informações lexicais vêm depois das informações fonológicas mas antes das informações sintáticas. O adulto, ao contrário, tem que lidar com tudo simultaneamente, aprendendo frases junto com palavras. Daí sua dificuldade em perceber toda a complexidade das relações temáticas, sendo mais acessível a fixação dos traços extensionais para as derivações sintáticas.

Esta explicação naturalista é, segundo Lobato, reforçada pelas condições histórico-geográficas nas quais se desenvolveu a expansão do português no Brasil. Não houve condições para a existência de um bilinguismo generalizado, seja com línguas indígenas, seja com línguas africanas, que explicasse, por via de influência de língua a língua, uma evolução tão regular, em todo o território brasileiro. Se a mudança tivesse sido provocada por influência direta, esperaríamos muito mais diversidade na língua falada no Brasil do que efetivamente se constata.

Por outro lado, o uso de traços extensionais está ligado para ela ao processo de mudança lingüística conhecido como gramaticalização, que ela define como “um processo de linearização sintática acionado por traço estrutural”. No caso dos clíticos, a posição pré-verbal invariável seria o resultado da gramaticalização dos clíticos, uma vez que “elementos gramaticalizados têm posicionamento estrutural rígido”.

Meu papel aqui sendo de advogado do diabo, colocarei alguns elementos contraditórios para o debate, em duas grandes direções. A primeira diz respeito às questões específicas da história do português. A segunda questionará a teoria da mudança desenvolvida aqui, nas suas relações com a teoria gramatical em geral.

Em relação à evolução da colocação de clíticos, um problema para a análise reside numa identificação do português europeu falado na época da colonização com o português europeu moderno. Isso se verifica em particular nos exemplos (9), com próclise, dados como agramaticais no português europeu. Ora, como mostrado em Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), a próclise nesse ambiente é largamente dominante nos textos até o final do século 18 (cf. também, para o século 16, LOBO, 1992 e MARTINS, 1994). A grande diferença entre o português dessa época, tradicionalmente chamado Português Clássico, e o PB, se situa nos contextos em que o verbo está em primeira posição absoluta. Nesses, encontramos a grande inovação do PB: o clítico em primeira posição absoluta, em violação da Lei de Tobler Mussafia. Não há espaço aqui para desenvolver essa questão, mas recentes desenvolvimentos na teoria dos clíticos abrem o caminho para considerar que a mudança nesse caso é mais prosódica do que sintática.¹ Além disso, existe uma outra inovação na colocação de clíticos no PB: em locuções verbais, o clítico se afixa ao participípio e não ao auxiliar. De novo, o espaço aqui é restrito demais para

aprofundar essa questão, mas poderíamos tomar esse fato como um contra-exemplo à análise de que os clíticos são legitimados por traços extensionais. Com efeito, se o clítico em PB não pode se afastar do verbo que lhe atribuí sua função temática, podemos pensar que a sua legitimação passa pelos traços lexicais deste (traços intensionais na terminologia de Lobato).

A questão da terceira pessoa é mais complexa ainda. A perda do clítico de 3ª pessoa no PB chama a atenção de fato, e já foi discutida em muitos trabalhos, de diversas orientações teóricas. Está relacionada com a emergência de um objeto nulo irrestrito quanto aos contextos de ocorrência, e amplamente usado na fala (cf. DUARTE, 1995, entre outros autores). O PB porém tem um pronome objeto de 3ª pessoa, não clítico. Isso o diferencia do Tupi, que só tem objeto nulo. Até que ponto então podemos considerar que os dois sistemas são iguais?

Essa pergunta nos traz a uma das grandes questões teóricas levantadas pela análise proposta por Lobato: com que base podemos afirmar que duas construções são idênticas em línguas diferentes? Para retomar uma dicotomia chomskiana essencial no quadro gerativo, o que estamos comparando, Língua-Interna ou Língua-Externa? Só a primeira é um objeto formulável nos termos da gramática gerativa. É na primeira que incide a noção de parâmetro. Surge então uma pergunta: podemos dizer que a distinção estabelecida por Lobato entre legitimação intensional e legitimação extensional constitui um parâmetro?

Uma tentativa de resposta a essa pergunta envolve novamente a distinção Língua-Interna/Língua-Externa uma vez que a segunda desempenha um papel essencial tanto no contato lingüístico e na aprendizagem de uma segunda língua por adultos, quanto na aquisição natural.² No modelo proposto no artigo, o fator essencial para a mudança é a diferença entre a aquisição da primeira língua e a aprendizagem de uma segunda língua. Esta desencadearia, segundo a autora, uma mudança no sentido de uma língua em que a legitimação dos elementos da estrutura se faz via traços extensionais. Mas poderemos dizer que a aquisição de uma língua como segunda língua envolve fixação de parâmetros? Na afirmativa, a aquisição de segunda língua produziria mudança lingüística de maneira análoga à aquisição de primeira língua. Um modelo alternativo me parece mais condizente com os pressupostos teóricos mais comumente adotados no quadro da gramática gerativa. Neste modelo, a aprendizagem da língua como segunda língua não afeta diretamente a gramática,

mas afeta os dados lingüísticos primários a que as crianças aprendendo essa língua como língua materna vão estar expostas. Desse ponto de vista, é só na aquisição da língua como língua materna que os parâmetros são fixados, e a distinção estabelecida por Lobato entre traços intensionais e traços extensionais não corresponderia a um parâmetro da gramática associado a diferentes tipos de aprendizagem. Um argumento em favor dessa visão é que parece dificilmente verificável a previsão feita pela análise de Lobato de que todas as línguas, e só as línguas, tendo sofrido mudanças por contato teriam desenvolvido um tipo de gramática análogo ao PB.

Note-se para concluir que esta discussão não invalida o ponto essencial do artigo, a recusa da hipótese da influência estrutural direta. Tal posição decorre naturalmente da teoria da Gramática gerativa, que define a gramática, ou Língua-Interna, como um objeto mental que não poderia influenciar um outro objeto mental diretamente. O efeito só pode ser mediado pelos enunciados ou seja a Língua-Externa. O grande desafio é entender como se dá essa relação nos processos de mudança, e por que mecanismos a aquisição imperfeita de uma segunda língua afeta a aquisição da língua materna das gerações subseqüentes.

NOTAS

* Não posso deixar de registrar minha tristeza por escrever esse comentário sem chance de resposta. Espero, nessas linhas, fazer jus ao trabalho da Lúcia, sem distorcer nem reduzir sua complexidade, e contribuir para que a discussão que ela iniciou seja divulgada, repercutida e enriquecida.

¹ Remeto o leitor interessado a Galves e Sândalo (2004), e Galves, Ribeiro e Torres Moraes (2005).

² Vale aqui citar Givon (2001): “Todas as pressões funcional-adaptativas que dão forma à estrutura sincrônica – idealizada – da linguagem são exercidas durante o efetivo desempenho. É onde a linguagem é adquirida e onde a gramática emerge e muda. É onde a forma se ajusta – criativamente e sob a impulsão da construção oportunística momentânea do contexto – a novas funções e sentidos estendidos. É também onde variação e indeterminação são os ingredientes necessários do mecanismo efetivo que modela e remodela a competência.” (op. cit. p. 6)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Maria Eugênia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias Lingüísticas*. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1989.

GALVES, Charlotte; BRITTO, H.; SOUSA, Maria Clara Paixão de. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, 1, José Ignacio Hualde (Org.). *Special Issue on Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond*, p. 35-69, 2005.

GALVES, Charlotte; SÂNDALO, Filomena. Clitic-placement in Classical and Modern European Portuguese. *MIT Working Papers*, v. 43, p. 115-128, 2004.

GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; MORAES, Maria Aparecida Torres. *Syntax and Morphology in the Placement of Clitics in European and Brazilian Portuguese*. 2005. ms.

LOBO, Tânia. *A colocação de clíticos em português. Duas sincronias em confronto*. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa. (Inédita).